PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 16/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 11/2026

1. PREÂMBULO:
1.1. O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA/SC**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede a Rua Frei Bonifácio esquina com a Rua Senador Nereu Ramos n. 187, Centro, inscrito no CNPJ sob n. 11.391.279/0001-06, e de acordo com o artigo 74, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021, lança o presente Processo de Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto é a contratação dos serviços constantes do Item 3 – OBJETO, nos termos da fundamentação legal e das justificativas adiante aduzidas.
1.2. O objeto do presente termo será realizado para a Secretaria Municipal de Saúde de Peritiba.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA:
2.1. O Município de Peritiba formaliza a presente justificativa de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no dispositivo da legislação brasileira que permite tal contratação por meio da inexigibilidade, conforme artigo 74, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021:

> *"Art. 74 É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
> *[...]*
> *I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;"*

2.2. Destaca-se, aqui a importância de cumprir com os prazos de revisão e as recomendações técnicas estabelecidas pelos fabricantes, especialmente em relação aos veículos que ainda se encontram dentro do período de garantia. O cumprimento dessas orientações é essencial para preservar as condições originais de funcionamento, evitar eventuais prejuízos à cobertura da garantia e assegurar que os serviços sejam executados de acordo com os padrões técnicos exigidos. Dessa forma, a contratação dos serviços de revisão representa uma medida necessária para garantir a adequada conservação do patrimônio público e a continuidade e eficiência das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal, visto que a realização periódica de revisões veiculares é fundamental para garantir a segurança, a eficiência, a economia e a durabilidade dos veículos da frota pública. Esse procedimento tem caráter preventivo, permitindo identificar possíveis falhas, desgastes e irregularidades antes que evoluam para problemas mais graves, que possam comprometer o funcionamento do veículo e gerar custos elevados com reparos. Durante a revisão, são verificados componentes essenciais, como sistema de freios, pneus, suspensão, direção, iluminação e demais itens necessários ao adequado funcionamento e à segurança do automóvel. As revisões periódicas também contribuem para a preservação das condições de funcionamento estabelecidas pelo fabricante e, quando aplicável, para a manutenção das garantias legais e contratuais. O cumprimento dos prazos e das condições previstas no manual do proprietário é especialmente importante para veículos que ainda se encontram dentro do período de garantia, sendo recomendável que os serviços sejam realizados conforme as orientações técnicas do fabricante. Diante do exposto, justifica-se a aquisição de peças e a contratação dos serviços de mão de obra especializada para a realização da revisão do veículo RENAULT MASTER, placas TPZ1A27, com 8.319,4 Km, pertencente ao Fundo

Municipal de Saúde de Peritiba, visto que a contratação tem como objetivo realizar a manutenção preventiva necessária, assegurando o adequado funcionamento do veículo, contribuindo para a conservação de seus componentes, prolongando sua vida útil e reduzindo os riscos de falhas mecânicas, quebras inesperadas e desgastes prematuros. A manutenção adequada do veículo é essencial para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, considerando sua importância para o atendimento das demandas do setor. Além de proporcionar maior segurança e confiabilidade durante os deslocamentos, a revisão preventiva favorece o planejamento dos gastos públicos, reduzindo a possibilidade de despesas imprevistas com manutenções corretivas de maior complexidade e custo. A realização da revisão junto à agência autorizada justifica-se pela necessidade de observar as recomendações técnicas do fabricante e preservar as garantias legais e contratuais aplicáveis ao veículo. Ressalta-se, ainda, que, embora o veículo não tenha atingido a quilometragem mínima estabelecida pelo fabricante para a realização da revisão, já transcorreu o prazo de 12 (doze) meses contado a partir da data de sua aquisição, atingindo, assim, o limite temporal previsto para a manutenção da garantia. Destaca-se que a exigência de realização da revisão considera o critério que ocorrer primeiro, seja o limite de quilometragem percorrida ou o prazo de vigência estabelecido pelo fabricante. Dessa forma, torna-se necessária a execução dos serviços de revisão, em observância às recomendações técnicas e às condições previstas para a preservação da garantia do veículo. Para tanto, o automóvel será transportado pela Secretaria responsável até a respectiva agência, onde serão executados os serviços e realizados os procedimentos necessários, conforme as especificações e orientações técnicas pertinentes.

2.3. Diante do exposto, justifica-se a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a CONTRATAÇÃO de acordo com o que prescreve o Art. 74, inciso I da lei n. 14.133/2021 e propõe que seja ratificada pelo Prefeito Municipal, **PAULO JOSÉ DEITOS** a presente justificativa de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

3. OBJETO:

3.1. O objeto da presente Inexigibilidade de Licitação é a contratação de empresa para a realização de revisão veicular, no veículo RENAULT MASTER, placas TPZ1A27, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Peritiba, conforme relação a seguir:

Item	Quant.	Und.	Especificação dos Itens	R$ Unit.	R$ total
1	1	Un	Filtro de óleo Motor M9T Master	77,22	77,22
2	1	Un	Filtro Diesel Master 2.3 2022	647,65	647,65
3	1	Un	Filtro Ar Master 2.3 2014>	157,19	157,19
4	1	Un	Arruela vedação bujão	6,82	6,82
5	1	Un	Filtro Habitaculo Master apos	65,89	65,89
6	9	Un	Oleo 5w30 DPF/ACEA	74,27	668,43
7	1	Un	Serviço	407,49	407,49
				Total	**2.030,69**

3.2. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS: Os serviços serão efetuados na agência autorizada, situada na Rua Tancredo de Almeida Neves, n. 1390, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, Santa Catarina, CEP 89.711-280.

4. PRAZOS E DATAS:

4.1. Os serviços deverão ser prestados na agência autorizada, situada na Rua Tancredo de Almeida Neves, n. 1390, Bairro Parque de Exposições, Concórdia,

Santa Catarina, CEP 89.711-280, em até **02 (dois) dias úteis** após a emissão envio da Autorização de Fornecimento (AF) devidamente encaminhada pelo Município de Peritiba através de endereço de correio eletrônico (e-mail).
4.2. O preço proposto e contratado permanecerá fixo e irreajustável.

5. CONTRATADO:
5.1. **DE MARCO LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n. 84.584.556/0007-58, com sede na Rua Tancredo de Almeida Neves, n. 1390, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, Santa Catarina, CEP 89.711-280.
5.2. **REPRESENTANTE LEGAL: RAFAEL TOZZO,** portador da Carteira de Identidade n. 3.260.278 e CPF n. 039.626.649-77.

6. PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:
6.1. O **CONTRATANTE** pagará para a **CONTRATADA**, o valor de **R$ 2.030,69 (Dois mil e trinta reais e sessenta e nove centavos)**, cujo valor será pago em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, contados da apresentação e aceitação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante.
6.2. O pagamento será efetuado, mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da contratada.
6.3. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho/Autorização de fornecimento, indicando o objeto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.
6.4. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 6.1, a partir da data de sua reapresentação.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
7.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente Inexigibilidade correrão à seguinte despesa Orçamentária:

Órgão Orçamentário: 11000- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA
Unidade Orçamentária: 10001- Fundo Municipal de Saúde- FMS
Ação: 10.301.7.2.75 – Manutenção da Atenção Básica em Saúde
Despesa: 3.3.90.00.00 – FR 002 - Aplicações Diretas

Dados das entidades/órgãos ligados à administração municipal direta:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA-FMS
CNPJ: 11.391.279/0001-06
Rua Frei Bonifácio esquina com a Rua Senador Nereu Ramos, n. 187, Bairro Centro/ CEP: 89750-000 – Peritiba SC

8. DA FISCALIZAÇÃO:
8.1. Designa os fiscais indicados no Decreto Municipal n. 241/2026 de 15 de outubro de 2026, sendo o servidor **MARLO DANIEL FINGER** e no caso de seu impedimento, a servidora **MARCELLY CRISTINA DEITOS VICINI,** para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da prestação dos serviços, os quais ficarão responsáveis pelo encaminhamento da autorização de pagamento junto ao setor de contabilidade do Município.

9. DA GARANTIA:
9.1. A licitante vencedora deverá garantir a qualidade nos itens entregues e nos

serviços prestados.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO:

10.1. Para o presente processo de licitação não é permitida a subcontratação.

11. DAS AMOSTRAS:

11.1. Para o presente processo de licitação não se faz necessário o envio de amostras.

12. FORO:

12.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição administrativa, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Concórdia, Santa Catarina.

13. LEGISLAÇÃO APLICADA:

Aplica-se a este Termo de Inexigibilidade, nos casos omissos, a seguinte legislação:
13.1. Lei Federal n. 14.133/2021 – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
13.2. Lei Federal n. 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;
13.3. Lei Federal n. 10.406/02 – Código Civil;
13.4. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

14. ANEXOS:

14.1. Integra o presente Termo de Inexigibilidade, como se nele estivesse transcrita o termo de referência.

15. DELIBERAÇÃO:

15.1. Nada mais havendo a tratar, e tendo em vista todas as condições apresentadas retro, encerra-se o presente Termo de Inexigibilidade, sendo assinado pelo responsável da unidade requisitante e pela autoridade superior, para que produzam seus efeitos legais.

Município de Peritiba – SC., 26 de Novembro de 2026.

MARLO DANIEL FINGER
Secretário de Saúde

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 11/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 11/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente Inexigibilidade de Licitação é a contratação de empresa para a realização de revisão veicular, no veículo RENAULT MASTER, placas TPZ1A27, conforme relação a seguir:

Item	Quant.	Und.	Especificação dos Itens	R$ Unit.	R$ total
1	1	Un	Filtro de óleo Motor M9T Master	77,22	77,22
2	1	Un	Filtro Diesel Master 2.3 2022	647,65	647,65
3	1	Un	Filtro Ar Master 2.3 2014>	157,19	157,19
4	1	Un	Arruela vedação bujão	6,82	6,82
5	1	Un	Filtro Habitaculo Master apos	65,89	65,89
6	9	Un	Oleo 5w30 DPF/ACEA	74,27	668,43
7	1	Un	Serviço	407,49	407,49
				Total	**2.030,69**

JUSTIFICATIVA

2.1. Destaca-se, aqui a importância de cumprir com os prazos de revisão e as recomendações técnicas estabelecidas pelos fabricantes, especialmente em relação aos veículos que ainda se encontram dentro do período de garantia. O cumprimento dessas orientações é essencial para preservar as condições originais de funcionamento, evitar eventuais prejuízos à cobertura da garantia e assegurar que os serviços sejam executados de acordo com os padrões técnicos exigidos. Dessa forma, a contratação dos serviços de revisão representa uma medida necessária para garantir a adequada conservação do patrimônio público e a continuidade e eficiência das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal, visto que a realização periódica de revisões veiculares é fundamental para garantir a segurança, a eficiência, a economia e a durabilidade dos veículos da frota pública. Esse procedimento tem caráter preventivo, permitindo identificar possíveis falhas, desgastes e irregularidades antes que evoluam para problemas mais graves, que possam comprometer o funcionamento do veículo e gerar custos elevados com reparos. Durante a revisão, são verificados componentes essenciais, como sistema de freios, pneus, suspensão, direção, iluminação e demais itens necessários ao adequado funcionamento e à segurança do automóvel. As revisões periódicas também contribuem para a preservação das condições de funcionamento estabelecidas pelo fabricante e, quando aplicável, para a manutenção das garantias legais e contratuais. O cumprimento dos prazos e das condições previstas no manual do proprietário é especialmente importante para veículos que ainda se encontram dentro do período de garantia, sendo recomendável que os serviços sejam realizados conforme as orientações técnicas do fabricante. Diante do exposto, justifica-se a aquisição de peças e a contratação dos serviços de mão de obra especializada para a realização da revisão do veículo RENAULT MASTER, placas TPZ1A27, com 8.319,4 Km, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Peritiba, visto que a contratação tem como objetivo realizar a manutenção preventiva necessária, assegurando o adequado funcionamento do veículo, contribuindo para a conservação de seus componentes, prolongando sua

vida útil e reduzindo os riscos de falhas mecânicas, quebras inesperadas e desgastes prematuros. A manutenção adequada do veículo é essencial para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, considerando sua importância para o atendimento das demandas do setor. Além de proporcionar maior segurança e confiabilidade durante os deslocamentos, a revisão preventiva favorece o planejamento dos gastos públicos, reduzindo a possibilidade de despesas imprevistas com manutenções corretivas de maior complexidade e custo. A realização da revisão junto à agência autorizada justifica-se pela necessidade de observar as recomendações técnicas do fabricante e preservar as garantias legais e contratuais aplicáveis ao veículo. Ressalta-se, ainda, que, embora o veículo não tenha atingido a quilometragem mínima estabelecida pelo fabricante para a realização da revisão, já transcorreu o prazo de 12 (doze) meses contado a partir da data de sua aquisição, atingindo, assim, o limite temporal previsto para a manutenção da garantia. Destaca-se que a exigência de realização da revisão considera o critério que ocorrer primeiro, seja o limite de quilometragem percorrida ou o prazo de vigência estabelecido pelo fabricante. Dessa forma, torna-se necessária a execução dos serviços de revisão, em observância às recomendações técnicas e às condições previstas para a preservação da garantia do veículo. Para tanto, o automóvel será transportado pela Secretaria responsável até a respectiva agência, onde serão executados os serviços e realizados os procedimentos necessários, conforme as especificações e orientações técnicas pertinentes.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

3.1. Os serviços a serem prestados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e decreto n. 89/2023.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1. Os serviços deverão ser prestados na agência autorizada, situada na Rua Tancredo de Almeida Neves, n. 1390, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, Santa Catarina, CEP 89.711-280, em até **02 (dois) dias úteis** após a emissão envio da Autorização de Fornecimento (AF) devidamente encaminhada pelo Município de Peritiba através de endereço de correio eletrônico (e-mail).
4.2. O preço proposto e contratado permanecerá fixo e irreajustável.
4.3. Os serviços serão prestados para a Secretaria Municipal de Saúde.

6. VALOR ESTIMADO

5.1. O custo estimado total da presente contratação é de **R$ 2.030,69 (Dois mil, e trinta reais e sessenta e nove centavos).**
5.2. O custo estimado foi apurado a partir de orçamento recebido da empresa especializada, revenda autorizada da marca, sendo que o veículo se encontra em período de garantia.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato integram as dotações orçamentárias do orçamento do MUNICÍPIO DE PERITIBA.

Órgão Orçamentário: 11000- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA
Unidade Orçamentária: 10001- Fundo Municipal de Saúde- FMS
Ação: 10.301.7.2.75 – Manutenção da Atenção Básica em Saúde
Despesa: 3.3.90.00.00 – FR 002 - Aplicações Diretas

Dados das entidades/órgãos ligados à administração municipal direta:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA-FMS
CNPJ: 11.391.279/0001-06
Rua Frei Bonifácio esquina com a Rua Senador Nereu Ramos, n. 187, Bairro Centro/ CEP: 89750-000 – Peritiba SC

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços serão recebidos:
7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
7.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.
7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
7.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos itens/serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
7.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação de serviços, contados do recebimento definitivo, da apresentação e aceitação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante.
7.4.1. O pagamento só poderá ser efetuado após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado.
7.4.2. A nota fiscal deverá estar de acordo com a Nota de Empenho/Autorização de fornecimento, indicando o serviço prestado ou objeto entregue, quantidade, preço unitário, preço total e número da autorização de fornecimento.
7.4.3. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, em conta corrente de titularidade da contratada, cujos dados (banco, agência, n. da conta), deverão ser informados pela proponente na Nota Fiscal.
7.4.3.1. Caso não seja mencionado na Nota Fiscal os dados bancários da empresa, o pagamento será por meio de boleto bancário.
7.5. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei n. 9.032/95.
7.6. Deverão estar explícitos, no que couber, nas notas fiscais ou faturas, ou em outro documento que os acompanhe, quais os valores das retenções a serem efetuadas em favor da Previdência Social, dos tributos federais e dos municipais, bem como a declaração de opção pelo Simples Nacional, conforme § 1º do Art. 31 da Lei n. 8.212/91 e IN/SRF n. 480, de 15/12/2004.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada obriga-se a:

8.1.1. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.
8.1.2. Responder integralmente pelas obrigações contratuais em qualquer caso em que os empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.
8.1.3. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.
8.1.4. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.
8.1.5. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, respondendo por si e por seus sucessores.
8.1.6. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.
8.1.7. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.
8.1.8. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
8.1.9. Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução dos serviços.
8.1.10. Aceitar a fiscalização dos serviços por parte da CONTRATANTE.
8.1.11. Manter durante a vigência da ata de registro de preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
8.1.12. Exigir dos órgãos requisitantes, a autorização de fornecimento para a efetiva liberação dos materiais solicitados.
8.1.13. A contratada deverá, quando requerido pela Secretaria solicitante e/ou Gestor de Contratos, apresentar Planilha de Custos de formação do preço (salário base dos colaboradores vinculados a execução dos serviços (unitário e total) bem como adicionais, benefícios, insumos, encargos trabalhistas e sociais, custos indiretos, tributos e lucros), quantidade de pessoal alocado para execução da ata de registro de preços, relação dos materiais usados na execução dos serviços, marca/modelo e quantitativo, conforme previsto no Anexo I do Edital.
8.1.14. A contratada obriga-se a fornecer o objeto especificado na Cláusula Primeira de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo onde, como todos os documentos da Licitação e especificados pelo MUNICÍPIO DE PERITIBA, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.
8.1.15. A contratada se obriga a atender integralmente todas as legislações/obrigações vigentes pertinentes as atividades e/ou produtos por ela comercializados, podendo ser solicitado a qualquer tempo prova do atendimento, devendo à empresa apresentá-los em um prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação formal, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades nele previstas.
8.1.16. É responsabilidade exclusiva da contratada a total qualidade dos serviços prestados bem como o ressarcimento por qualquer dano proveniente direta ou indiretamente da má qualidade dos mesmos.
8.1.17. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou Autoridade Superior previstos no art. 137, II, da Lei n. 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
8.1.18. Cumprir com os prazos estabelecidos.

8.1.19. Utilizar peças, componentes, acessórios e materiais novos, compatíveis com o modelo do veículo.
8.1.20. Responsabilizar-se pela guarda e conservação do veículo enquanto estiver em suas dependências.
8.1.21. Fornecer garantia mínima dos serviços executados e das peças substituídas, conforme legislação aplicável.
8.1.22. Comunicar imediatamente à contratante qualquer necessidade de serviço adicional não previsto inicialmente, apresentando orçamento prévio para autorização.
8.1.23. Cumprir todas as normas ambientais quanto ao descarte correto de óleos lubrificantes, filtros, pneus, baterias e demais resíduos automotivos.
8.1.24. Disponibilizar atendimento e suporte técnico sempre que solicitado pela contratante.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A Contratante obriga-se a:
9.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
9.1.3. Comunicar à proponente vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da proponente vencedora, através de comissão/servidor especialmente designado.
9.1.5. Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.
9.1.6. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela proponente vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da proponente vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
9.1.7. Observar para que, durante o fornecimento do objeto, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
9.1.8. Emitir a Solicitação e a respectiva Autorização de Fornecimento à contratada, para que proceda a efetiva entrega do objeto.

10. MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1. Consoante o artigo 45 da Lei n. 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Designa os fiscais indicados no Decreto Municipal n. 241/2026 de 15 de outubro de 2026, sendo o servidor **MARLO DANIEL FINGER** e no caso de seu impedimento, a servidora **MARCELLY CRISTINA DEITOS VICINI,** para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da prestação dos serviços, os quais ficarão responsáveis pelo encaminhamento da autorização de pagamento junto ao setor de contabilidade do Município.
11.2. A fiscalização de que trata o subitem acima, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.
11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, quais sejam:
12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.
12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, quais sejam:
12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.
12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
12.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
12.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
12.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática

de infração administrativa tipificada pela Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n. 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei n. 9.784, de 1999.

12.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

13. DA GARANTIA

13.1. A licitante vencedora deve garantir a qualidade, eficiência e comprometimento nos serviços prestados.

14. DAS AMOSTRAS

14.1. Para o presente processo de licitação não é obrigatório o envio de amostras.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

16. DO TERMO DE ACEITE

16.1. Declaro, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021, que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse Processo Licitatório, acompanhando e anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que se fizer necessário à regularização das faltas ou defeitos para exigir seu fiel cumprimento.

Nome do fiscal titular: **MARLO DANIEL FINGER**
Cargo/função: Secretário de Saúde
Matrícula: 1408
Unidade: Secretaria de Saúde
Assinatura do fiscal titular: _____

Nome do fiscal suplente: **MARCELLY CRISTINA DEITOS VICINI**

Cargo/função: Enfermeira
Matrícula: 417
Unidade: Secretaria de Saúde
Assinatura do fiscal suplente: _____

Município de Peritiba – SC., 26 de novembro de 2026.

MARLO DANIEL FINGER:00978525973
Assinado de forma digital por MARLO DANIEL FINGER:00978525973
Dados: 2026.11.26 08:04:53 -03'00'

MARLO DANIEL FINGER
Secretário de Saúde